

Congregacionalismo: A primeira experiência democrática do protestantismo

Idauro Campos Júnior¹

1. Introdução

O presente artigo versa sobre a origem dos congregacionais, uma das tradições religiosas e políticas da Reforma Religiosa Inglesa e que estará fará parte dos desdobramentos da Reforma Protestante. O artigo expõe sua origem religiosa, sua participação na versão inglesa da Reforma Protestante e sua teoria social, demonstrando seu ânimo religioso, mas também a interpretação do lugar social do homem.

2. A Origem na Inglaterra

Os Congregacionais, também chamados de congregacionalistas ou independentes, fizeram parte da primeira geração de protestantes ingleses. Oriundos da Reforma Anglicana², sua história está relacionada ao puritanismo³, movimento crítico e reformador que atuou no seio da Igreja Anglicana com o objetivo de despi-la das

¹ Bacharel em Teologia/ 2003 : Seminário Teológico Congregacional do Rio de Janeiro. Integralização dos créditos em Teologia (MEC) realizada no Centro Universitário Benneth em 2014. Pós graduação em História da Igreja em 2016 pela Faecad - Faculdades Evangelicas de Tecnologia, Ciências e Biotecnologia da Cgadb. Mestrado em História Social e Política do Brasil em 2018 pela Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO. Pós graduação (*lato sensu*) em Teologia Contemporânea/ 2006: Extensão. Seminário Teológico Escola de Pastores; Mestrado em Ciências da Religião/ 2013: Extensão - Seminário Teológico do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: idaurocampos@gmail.com

² A controversa e polêmica versão inglesa da Reforma Protestante que deu origem à Igreja Anglicana, a principal do país, em 1534. Para patrocinar a ruptura com Roma o preço moral que se pagou foi dos mais altos, com os relatos de pilhagens das riquezas e posses dos mil e duzentos mosteiros confiscados (gerando fortunas indevidas para famílias inglesas interessadas no processo) e muitas mortes de monges e padres que se recusavam a reconhecer a nova expressão religiosa da nação e que, em punição, foram “enforcados, estripados e cortados em pedaços”. Cf. GIODARNI, Mario Curtis. *História dos Séculos XVI e XVII na Europa*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.p.887. Atualmente, os fiéis que compõem a Comunhão Anglicana (fraternidade que reúne quatrocentos e cinquenta dioceses, divididas em quarenta e três províncias) somam, aproximadamente, oitenta e quatro milhões de membros em mais de cento e sessenta e cinco países.

³ Movimento ulterior no anglicanismo. Chamados assim devido à insistência em seus discursos quanto à “pureza” da igreja. Consideravam a Reforma Anglicana inacabada e superficial, pois muito da liturgia católica foi mantida e almejavam uma grei mais próxima com ideais da Reforma Protestante em andamento na Alemanha e Suíça. O puritanismo tornou-se influente em solo em inglês nos debates sobre religião (tema caro ao homem medieval) e foi o nascedouro de conhecidas ramificações do protestantismo como os presbiterianos (cujo movimento se tornou vigoroso na Escócia), batistas, além dos próprios congregacionais que serão apresentados na presente pesquisa. Não foi apenas um movimento religioso, mas uma teoria social: “Os puritanos possuíam ideais elevados de integridade e de serviço social [...] forneceu um espírito de luta extraordinário. Ele agradava aos homens com consciência social...” Cf. HILL, Christopher. *O Século das Revoluções 1603 – 1714*. São Paulo: UNESP, 2012.p.90.

características atribuídas à Igreja Católica Apostólica Romana que exerciam enorme influência mesmo depois da emancipação promovida pelo rei Henrique VIII.

Os congregacionais reivindicavam uma paróquia autônoma e independente de instâncias externas ou superiores, diferente do que ocorria na Igreja Anglicana (centralizada, verticalizada e submissa ao monarca inglês) e da Igreja Católica Apostólica Romana (também hierarquizada. Submissa ao Papa).

Com tal autonomia e independência, cada congregação (por isso “congregacional”) estaria apta para eleger seus ministros, praticar sua liturgia e administrar os recursos oriundos dos congregados. Estas comunidades eclesásticas seriam, em grande medida, “puras democracias”⁴, conforme aponta Kenneth Scott Latourette⁵.

O modelo congregacional de governo representou uma novidade para os padrões eclesásticos no século XVI, fortemente marcado, na Europa, pela maciça presença da Igreja Católica Apostólica Romana que, como mencionado acima, possuía um modelo governamental verticalizado, centralizado na figura do Papa. Tal modelo hierárquico é, em grande medida, herança do Império Romano. Mesmo com a separação da Igreja inglesa de Roma, o sistema foi mantido, diferenciando apenas que o monarca inglês seria seu governante⁶.

A primeira manifestação histórica (mas não ainda institucional do congregacionalismo) que se tem notícia ocorreu em Londres, no século XVI. Em 19 de junho 1567⁷, um grupo de cristãos ingleses insatisfeitos com os rumos da Reforma na igreja em seu país, se reuniu no “Salão Plumbers” sendo, contudo, disperso pelas autoridades locais, tendo alguns de seus congregados açoitados, presos ou mortos, além

⁴ LATOURETT, Kenneth Scott. *Uma História do Cristianismo*. Vol. 2. São Paulo: Hagnus, 2006.p.1104. O comentário de Latourette está no contexto de sua análise das comunidades separatistas e independentes da Inglaterra no século XVII, as quais considera ancestrais espirituais dos congregacionais.

⁵ Kenneth Scott Latourette (1884 – 1968). Professor de Missões e História Oriental. Membro do Conselho do Berkeley College, na Universidade de Yale.

⁶ Ato de Supremacia de Henrique VIII, em 1534: “... o rei, nosso senhor soberano, seus herdeiros e sucessores, reis deste reino, sejam aceitos e reputados como único e supremo chefe na terra da Igreja da Inglaterra”. Atrelamento entre Altar e Trono esse tributário do processo histórico de centralização do poder monárquico, na era Moderna.

⁷ Antes dessa data e local, em 21 de janeiro de 1525, em Zurique (Suíça), Conrad Grebel e George Blaurock batizaram um ao outro e também a outros fiéis. Esse grupo é considerado um dos pioneiros na formação de comunidades cristãs independentes na Europa. Contudo, esteve mais relacionada à tradição dos anabatistas do que a dos congregacionais. O rito batismal praticado no início pelos anabatistas era o da aspersão, mas, posteriormente, adotaram a forma imersionista. A expressão anabatista significa “rebatizar” e a prática era devido à rejeição ao batismo infantil (amplamente praticado na Europa medieval) por considerá-lo inadequado às implicações de uma fé pessoal e adesão voluntária na igreja local. Os anabatistas exigiam uma separação total e radical da Igreja com o Estado. Seriam, por essa e outras razões, alcunhados de “Reformadores Radicais”. Cf. GONZALEZ, Justo. *Uma História Ilustrada do Cristianismo*. Vol. 6: A Era dos Reformadores. São Paulo: Vida Nova, 1995.p. 98-99.

dos que fugiram para a Holanda⁸, onde deram também início por lá às tradições eclesiásticas congregacionalistas⁹.

No ano de 1616, em Southwark, um bairro londrino, onde se concentravam algumas expressões da rejeição¹⁰ à igreja anglicana oficial, foi organizada institucionalmente a primeira Igreja Congregacional na Inglaterra¹¹, marcada por profissão de fé, expressões de arrependimento e votos¹². No mesmo ano uma “declaração de fé”, documento doutrinal, foi elaborada, organizada em vinte e oito afirmações teológicas¹³.

Há na literatura um registro do dia da organização da grei feita por um dos presentes:

Henry Jacob, com Sabine, Staiesmore, Richard Browne, Davi Prior e vários outros santos esclarecidos marcaram um dia para buscarem a face do Senhor com jejum e oração, quando especificamente a sua união como igreja foi mais intensamente pedida ao Senhor, e no fim do dia estavam unidos.

Assim, aqueles que pensaram nesta presente união, agora estão juntos, todos os irmãos unidos ombro a ombro e fizeram uma aliança: declarados seus intentos, Henry Jacob e cada um dos restantes fizeram confissão ou profissão de fé e arrependimento, umas mais longas, outras mais curtas.

Depois se pactuaram a andar em todas as veredas de Deus como Ele as tinha revelado ou que lhes fizesse conhecer:

Foi assim o início dessa igreja¹⁴.

⁸ PORTO FILHO, M. *Congregacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: DERP, 1997. p.14.

⁹ A Holanda foi a primeira alternativa como rota de fuga dos congregacionais puritanos. Em Amsterdam, em 1608, havia três congregações independentes que realizavam seus serviços religiosos, uma com nítida vocação presbiteriana e duas congregacionalistas. Dessas duas congregações, a que estava sob a liderança de Henry Jacob, retornou para Londres (Southwark, 1616). E outra atravessou o Atlântico em direção às terras norte-americanas em 1620.

¹⁰ GOMES, Joelson. *Os Congregacionais: Uma História da Tradição Congregacional*. João Pessoa: Moura Ramos Gráfica e Editora, 2017.p.108.

¹¹ LLOYD - JONES, David Martyn. *Os Puritanos: Suas Origens e Seus Sucessores*. São Paulo: Editora PES, 1993.p. 172.

¹² LLOYD - JONES, David Martyn. *Os Puritanos...* p. 172.

¹³ LLOYD - JONES, David Martyn. *Os Puritanos...* p. 172.

¹⁴ LLOYD - JONES, David Martyn. *Os Puritanos...* p. 172. O registro está disponível na obra do Rev. David Martyn Lloyd – Jones, que o inclui em sua palestra intitulada “*Henry Jacob e a Primeira Igreja Congregacional*”, ministrada na Capela de Westminster (Londres) em 1966 por ocasião das celebrações dos 350 anos de organização institucional do congregacionalismo inglês. David Martyn Lloyd-Jones (1889 – 1981) foi um dos mais prestigiados ministros congregacionais do século XX. Deixou a medicina aos vinte e sete anos de idade quando já era Chefe Assistente Clínico de Sir Thomas Horder (médico do rei da Inglaterra) para dedicar-se integralmente ao ministério evangélico, exercendo o pastorado por doze anos no País de Gales (sua terra natal) e, posteriormente, na Inglaterra, por mais de 30 anos, na Westminster Chapel.

Esta comunidade é considerada na literatura especializada em história do protestantismo a célula mater do congregacionalismo¹⁵ no mundo.

3. Os Congregacionais e as Colônias Americanas

Em 26 de dezembro de 1620, cento e duas pessoas¹⁶, das quais um terço era de congregacionais¹⁷, desembarcaram em Plymouth (Massachusetts) do Mayflower, navio que partira da Inglaterra em 16 de setembro de 1620 devido às constantes perseguições religiosas. Antes do dia do desembarque, em 11 de novembro, na Baía de Cape Cod, quarenta e um homens entre os peregrinos¹⁸, assinaram um termo de compromisso que ficou conhecido como o “Mayflower Compact”¹⁹ visto que para as terras onde estavam se dirigindo não haviam leis estabelecidas que regulassem a vida em sociedade.

O primeiro ano foi, por demais, difícil em razão do clima e das condições precárias que os peregrinos²⁰ encontraram²¹. Contudo, no mês de novembro de 1621, após um ano nos limites da colônia, gratos pela colheita de milho, mataram uma ave e prepararam torta de abóboras e outras iguarias, convidando o chefe²² de uma tribo

¹⁵ O congregacionalismo pode ser definido como o sistema eclesiástico de governo em que cada congregação é autônoma, soberana e independente, não respondendo a nenhum controle externo, além de sua própria congregação e que tem na sua reunião administrativa, a “assembleia de membros”, sua autoridade máxima. Embora conviva em fraternidade com outras congregações, esta convivência, praticada por meio de alianças, juntas e convenções, ocorre apenas para efeito pedagógico e auxílio em ações evangelísticas, educacionais, sociais e afins. Embora possam existir, na teoria do congregacionalismo, estruturas e/ou mecanismos disciplinares para as igrejas locais e seus ministros, os mesmos são delineados pelas próprias igrejas, através de seus delegados reunidos nos fóruns denominacionais de maior instância. Entretanto, o debate é recorrente quanto alcance de tais mecanismos, para que os mesmos jamais limitem ou firam a independência e soberania da igreja local, pilares do congregacionalismo.

¹⁶ GOMES, Joelson. *Os Congregacionais...* p.114.

¹⁷ GOMES, Joelson. *Os Congregacionais...* p.114.

¹⁸ GOMES, Joelson. *Os Congregacionais...* p.114.

¹⁹ GOMES, Joelson. *Os Congregacionais...* p. 115: “Em nome de Deus, amem. Nós, cujos nomes estão escritos abaixo, súditos leais de nosso temível soberano senhor, Rei James, pela graça de Deus rei da Inglaterra, França e Irlanda, defensor da fé. Havendo empreendido para a glória de Deus, avanço da Fé Cristã, e em honra de nosso Rei e pátria, uma travessia para plantar a primeira colônia ao norte da Virgínia; fazemos pacto solene e mutuamente, na presença de Deus e nossa, e conjuntamente formamos um corpo político civil para nossa ordem, preservação e estímulo dos fins antes ditos; e em virtude disto estabelecemos, aprovamos, constituímos e formulamos leis justas e equitativas, ordenanças, atas, constituições e ofícios, de tempos em tempos, segundo seja considerado próprio e conveniente para o bem estar geral da colônia, para a qual prometemos toda a devida obediência e submissão. Na fé do qual temos subscrito nossos nomes em Cape Cod, em onze de novembro, no reino de nosso soberano senhor, Rei James, o decimo oitavo rei da Inglaterra, França e Irlanda, e o quinquagésimo quarto da Escócia. Ano de Nosso Senhor, 1620”.

²⁰ KARNAL, Leandro. [et al]. *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.p.46.

²¹ Muitos dos “Pais Peregrinos” morreram nesse primeiro ano. Praticamente metade dos que desembarcaram. Cf. TOTA, Antônio Pedro. *Os Americanos*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.p.19.

²² Massasoit ou “Grande Líder” (1581 – 1661). A troca de gentilezas entre os colonos puritanos e o chefe da tribo pode ser explicada pela necessidade dos colonos de cultivarem uma terra desconhecida e assim

indígena²³ vizinha para participar da celebração. Esta festa foi fixada no calendário e é conhecida como o “Dia de Ação de Graças” (*Thanksgiving*)²⁴.

Os congregacionais, também chamados de puritanos²⁵ na literatura que trata da memória da fundação da nação americana, eram calvinistas e ajudaram a construir a noção de nação eleita por Deus²⁶.

Earle E. Cairns, professor de História da Igreja e ex - presidente do Departamento de História e Ciências Políticas e Sociais Wheaton College, e autor de importante obra entre os historiadores protestantes²⁷, registra o alcance do congregacionalismo no início dos Estados Unidos da América:

O Congregacionalismo tornou-se a igreja estabelecida na Nova Inglaterra. Nos primórdios do século XVII, a congregação de Scooby, que emigrara para a acolhedora cidade de Leyden, na Holanda, a fim de fugir à perseguição por causa de suas ideias congregacionais, decidiu emigrar para os Estados Unidos, temerosos de uma possível integração da sua juventude na população holandesa. Uma companhia londrina de

terem acesso a alimentos e, por parte do chefe tribal, de apoio dos mesmos contra outras nações indígenas, suas inimigas históricas, como, por exemplo, os Narragansett.

²³ Wampanoag.

²⁴ KARNAL, Leandro. [et al]. *História dos Estados Unidos...* p.46. Embora sujeita a revisão historiográfica, a tradição do *Thanksgiving*, segue, na memória americana com sua relação aos puritanos. Com a chamada “Grande Migração”, ocorrida a partir de 1630, uma frota de navios puritanos, sob a liderança de um presbiteriano (John Winthrop), desembarcou milhares de famílias puritanas que, de acordo com o Antônio Pedro Tota, doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), “continuaram a celebrar o Dia de Ação de Graças (*Thanksgiving Day*), cerimônia religiosa e familiar, realizada em fins de novembro, em agradecimento à boa colheita”. Cf. TOTA, Antônio Pedro. *Os Americanos*. São Paulo: Contexto, 2014.p.19. Transformado em feriado nacional pelo George Washington em 1777 e confirmado, permanentemente, pelo Presidente Abraham Lincoln em 1863, O Dia de Ação de Graças foi se consolidando como um veio de afirmação identitária dos colonizadores. Entretanto, tem sido alvo de revisões em virtude da maneira como os indígenas o enfrentam, porquanto a data festiva desconsidera, conforme ativistas denunciam, a forma violenta como a ocupação aconteceu nas terras de tribos como a Wampanoag, chegando ao completo desaparecimento de aldeias, pelas vias mais violentas. Ativistas dos direitos dos indígenas, como Frank ‘Wamsutta’ James, chegaram a propor no feriado um protesto intitulado de “Dia Nacional do Luto”, não sendo, contudo, a reação de todos os grupos indígenas dos Estados Unidos da América, haja vista tribos que relacionam o feriado com suas tradições festivas similares, tais como os Wopila. Cf. FELDMAN, Alban KrishnaTopan. *Implicações históricas e identitárias do dia de Ação de Graças para o indígena estadunidense em uma obra de Sherman Alexie*. Acta Scientiarum. Acta Scientiarum. Language and Culture Maringá, v. 36, n. 3, p. 263-273, July-Sept, 2014. p. 265. Alba Krisna é doutora em letras pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), estudiosa de Literatura e Construção de identidades, seu doutorado (2007) teve como tese “Resistência e assimilação na obra de Zitkala-Sa: uma perspectiva da escrita indígena norte-americana no início do século XX”.

²⁵ Embora nem todos os puritanos fossem congregacionais haja vista que o puritanismo se fez presente em outros modelos do protestantismo, tais como presbiterianos e mesmo os batistas.

²⁶ KARNAL, Leandro. [et al]. *História dos Estados Unidos...* p.47.

²⁷ CAIRNS, Earle E. *O Cristianismo Através dos Séculos*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1995. Publicada originalmente em inglês em 1954 e com várias edições em português é uma das principais obras sobre História da Igreja publicada nos círculos acadêmicos protestantes e amplamente aceita como livro – texto nos estudos sobre História da igreja em seminários e faculdades de teologia e história do cristianismo.

comerciantes “aventureiros” emprestou-lhes sete mil libras para financiar a viagem. Os imigrantes ficaram de lhes pagar com o trabalho, ajudando-os a instalar uma indústria pesqueira [...] Mais de 20 mil puritanos vieram para as colônias entre 1628 e 1640 para atender ao crescente número de igrejas, os ministros eram formados em universidades, a maioria em Cambridge. Embora o sistema administrativo fosse congregacional, a teologia destes puritanos era calvinista²⁸.

Earle Cairns também considera a influência do congregacionalismo sobre os demais colonos mesmo nos de tradição anglicana, mas que, a despeito, possuíam convicções congregacionalistas antes mesmo de terem deixado a Inglaterra²⁹. Muitos destes anglicanos assumiram essa forma de governo eclesiástico ou até mesmo se filiaram a uma grei congregacionalista: “o congregacionalismo foi tornado religião oficial e a teocracia tornou-se uma realidade. Os colonos rejeitaram o sistema episcopal”³⁰.

O crescimento foi acelerado nas colônias. Em pouco mais de cem anos a população de duas mil e quinhentas pessoas ultrapassou a ordem dos três milhões de habitantes, exigindo o emprego de leis que viabilizassem a convivência³¹ e também de uma sólida formação educacional que seria uma das contribuições sociais mais significativas dos congregacionais (e também de outros grupos protestantes) à nação americana³², visto que até o meado do século XIX contribuíram com a organização de vinte e nove instituições de ensino³³. Algumas destas instituições (“college”) figurariam entre as melhores universidades do mundo, tais como Harvard, fundada em 1636, em Massachussetts, com o nome de New College, alterado posteriormente para Harvard em homenagem ao ministro da Igreja Congregacional de Massachussetts, Rev. John

²⁸ CAIRNS, Earle E. *O Cristianismo Através...* p.310-312.

²⁹ CAIRNS, Earle E. *O Cristianismo Através...* p.311.

³⁰ CAIRNS, Earle E. *O Cristianismo Através...* p.311.

³¹ KARNAL, Leandro. [et al]. *História dos Estados Unidos...* p.47.

³² KARNAL, Leandro. [et al]. *História dos Estados Unidos...* p.48.

³³ MATOS, Alderi de Sousa. *Universidades Protestantes: Benefícios e riscos*. Disponível em: www.ultimato.com.br. Acesso em: 14 de jul de 2016. O autor é doutor em História da Igreja pela universidade de Boston (EUA), ministro e pesquisador oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil e Coordenador do Centro de Pós - graduação Andrew Jumper da Universidade Presbiteriana Mackenzie em São Paulo.

Harvard, seu primeiro e maior benfeitor e a Universidade de Yale³⁴ fundada em 1701³⁵ com o nome de Collegiate School.

A presença marcante dos puritanos congregacionais cunhou os padrões morais dos norte-americanos nos seus primeiros séculos, pois a influência era exercida não só nos aspectos religiosos, mas também educacionais, políticos, civis e cerimoniais³⁶. A reivindicação hodierna de uma fé privada e sem influência alguma sobre a vida social dos indivíduos obviamente era desconhecida à época. Pensar trabalho, família, política, educação e sociedade sem o referencial religioso era inimaginável³⁷ e a nação do chamado “Novo Mundo” teria, portanto, muito de seu ethos moldado por valores do protestantismo (congregacional, presbiteriano, batista, metodista, episcopal, Quakers e outros).

O registro acima da influência protestante na sociedade americana é tão somente tópico, pois, na verdade, em se tratando de Europa que irá fornecer os imigrantes que povoarão o Novo Mundo (as “três Américas” – Norte, Central e Sul) a maior presença religiosa e social sobre o homem medieval era católica, a maior família da cristandade e norteadora de todo um ethos e cosmovisão de uma época³⁸. A Tradição protestante nos países europeus estava em construção, enquanto a Tradição católica estabelecida no continente há quase mil e quinhentos anos.

A cosmovisão na Idade Média pode ser explicada nos termos em que Lucien Febvre nos apresenta:

Queiramos ou não, o clima de nossas sociedades ocidentais é sempre, profundamente um clima cristão. Outrora no século XVI, ainda mais: o cristianismo era o próprio ar que respirava no que chamamos a Europa e que era a cristandade. Era uma atmosfera na qual o homem vivia sua vida, toda a sua vida – e não apenas a sua vida intelectual, mas também sua vida profissional, qualquer que fosse seu âmbito. Tudo, de certo modo automática, fatal e independentemente de toda vontade expressa de ser crente, de ser católico ou de praticar a religião. Pois hoje, escolhe-se. Ser cristão ou não. No século XVI, não havia escolha. Era-se cristão de fato. Podia-se vaguear em pensamento longe

³⁴ Em homenagem Elihu Yale (1649-1721), um puritano, comerciante e filantropo, responsável por várias doações para escolas, igrejas e agências missionárias. Disponível em: <http://www.os-puritanos.com/single-post/2015/12/28/Hist%C3%B3ria-de-Yale>.

³⁵ Fundada por Samuel Andrew, Thomas Buckingham, Israel Chauncy, Samuel Mather, James Noyes, James Pierpont, Abraham Pierson, Noadiah Russell, Joseph Webb, e Timothy Woodbridge, ministros congregacionais.

³⁶ MATOS, Alderi de Sousa. *Universidades Protestantes...* p.51.

³⁷ ARMSTRONG, Karen. *Campos de Sangue: Religião e a História da Violência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p.282.

³⁸ Não se pode falar apenas de um único ethos católico, porquanto não existia um único catolicismo na Europa, mas diferentes formas de se praticar a espiritualidade cristã católica.

do Cristo: jogos de imaginação, sem suporte vivo da realidade. Mas não se podia nem sequer se abster-se de praticar. Se se quisesse ou não, se se percebesse claramente ou não, as pessoas achavam-se mergulhadas desde o nascimento num banho de cristianismo, do qual não se evadiam nem mesmo na morte, pois essa morte era cristã necessária e socialmente, pelos ritos a que ninguém podia furtar-se – mesmo se estivesse revoltado diante da morte, mesmo se houvesse zombando e se estivesse feito de brincalhão em seus últimos momentos. Do nascimento à morte, estendia-se toda uma cadeia de cerimônias, de tradições, de costumes, de práticas – que, sendo todos cristãos ou cristianizados, atavam o homem involuntariamente, mantinham-no cativo mesmo que ele se pretendesse livre”³⁹.

4. Congregacionalismo: Uma teoria social

A importância dos congregacionais não está vinculada apenas à história da fé cristã protestante. Limitar suas ações somente à História da Igreja seria um equívoco, pois como atores sociais dentro de um contexto histórico específico os congregacionais com a sua experimentação eclesial foram representantes, dentro de um arcabouço religioso, de uma verdadeira Teoria Social. O congregacionalismo representou uma versão da tentativa dos homens de experimentarem uma forma de liberdade, ainda que liberdade religiosa, algo inovador e inusitado para a Inglaterra e mesmo Europa dos séculos XVI e XVII. Também representou o anseio de que uma vez emancipado o homem poderia, a despeito de participar ou colaborar com instituições, tomar para si suas responsabilidades e destinos sem esperar que agências mediadoras fizessem por ele.

No início da Idade Moderna, contexto imediato do experimento congregacional, a ideia de homens livres⁴⁰ que rejeitam a participação compulsória⁴¹ em uma instituição cristã legal e magisterial e que sozinhos poderiam iniciar uma comunidade de fé⁴², dos

³⁹ FEBVRE, Lucien. *O Problema da Incredulidade no Século XVI: A Religião de Rabelais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.p.292.

⁴⁰ A Europa experimentava importantes transformações sociais. O Renascimento, por exemplo, como movimento cultural dos séculos XIV ao XVI foi um dos esteios intelectuais dos anseios por liberdade, pois pressupunha “a necessidade de uma efetiva autonomia das atividades humanas, mas acaba por exacerbar esta autonomia e tende a transformá-la em independência e separação”. Cf. MARTINA, Giacomo. *História da Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.p.85.

⁴¹ O congregacionalismo, como expressão do protestantismo, insistiu na participação eclesial voluntária dos fiéis, a partir da experiência da fé individual. A igreja, assim, é constituída por aqueles que nela desejam participar. Uma associação de fiéis, portanto. O próprio Renascimento dará sua contribuição também neste campo (religioso. Embora, sem relação direta), porquanto reagiu “à subordinação de tudo à religião”. MARTINA, Giacomo. *História da Igreja...* p.85. A pertença eclesial por tradição familiar, cultural e política, nas expressões católica ou anglicana, seria criticada pelos puritanos e pelo congregacionalismo posteriormente desenvolvido.

⁴² Em 21 de janeiro de 1525 Jorge Blaurock, ex-sacerdote católico, pediu a Conrad Grebel que o batizasse em uma fonte, localizada em uma praça em Zurique (Suíça). Outros batismos foram administrados na ocasião. GONZALEZ, Justo. *A Era dos Reformadores*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2000.p.99. O

quais seriam seus responsáveis⁴³ - cuja aplicação é resultado da livre consciência⁴⁴, do acesso e exame aos documentos canônicos⁴⁵ e da interpretação⁴⁶ - seria inovadora, uma vez que o paradigma da verdade era institucionalizado e vinculado à Igreja, considerada fonte e detentora da autoridade. Destarte, o homem ocidental e europeu, era localizado na história tendo a Igreja oficial como a legitimadora de sua condição social. Era esta a instituição que lhe assegurava pertença e identidade e que lhe conferia o trilha social por onde sua vida passaria. Uma característica, aliás, não só do cristianismo católico, absoluto no cenário europeu medieval, mas de toda religião que se torna majoritária e que se propõe a explicar o indivíduo e o seu meio, tal conforme as palavras de Jacob Burckhardt, recuperadas por Johan Huizinga em sua obra, “O Outono da Idade Média”:

Uma religião poderosa permeia todas as coisas da vida e se desbota a cada manifestação do espírito, a cada elemento da cultura. [...] Mas, por sua vez, nenhuma religião jamais foi totalmente independente da cultura e dos povos e épocas à que pertencia. É justamente quando ela reina soberana com a ajuda de documentos sagrados interpretados literalmente e tudo aparentemente se orienta por ela, quando ela ‘se encontra entrelaçada à vida como uma coisa só’⁴⁷.

evento marca a origem do movimento anabatista (rebatizadores) na Suíça. Uma manifestação, portanto, da liberdade religiosa pretendida e da formação comunitária cristã independente.

⁴³ Diferentemente do que ocorria nas igrejas Católica e Anglicana, onde um clero profissional centralizava as decisões mais importantes.

⁴⁴ É conhecida a frase atribuída a Martinho Lutero “[...] minha consciência é cativa da Palavra de Deus. Não posso e não me retratarei em nada, pois ir contra a consciência não é correto e nem seguro. Deus me ajude. Amém”. Cf. BAINTON, Roland H. *Cativo à Palavra: A vida de Martinho Lutero*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2017.p.191. Um retrato de uma época em que a consciência individual seria posta em ênfase, mesmo diante de postulados oficiais da igreja. Embora, conforme escreveu Lucien Febvre, não se pode ver na frase de Lutero ainda uma opinião madura quanto a *Contra Conscientiam Agere* (Agir contra a consciência), como dos “direitos da razão humana sobre o dogma” – Cf. FEBVRE, Lucien. *O Problema da Incredulidade...* p.203-204 - uma leitura posterior dos protestantes. Entretanto, essa seria a conclusão que a sociedade europeia alcançaria dentro de mais alguns anos.

⁴⁵ A leitura de textos canônicos foi durante séculos uma atribuição exclusiva do clero. Com o Renascimento e, posteriormente, o Humanismo e a defesa do retorno às fontes da literatura clássica, além dos documentos fundantes da civilização ocidental, a leitura do Antigo Testamento, escrito em hebraico e aramaico e do Novo Testamento, escrito em grego koiné, foi incentivada pela intelectualidade europeia. Nomes como Pico della Mirandola (1463-1494), Lourenço Valla (1407 – 1457), Eobano Hess (1488 – 1540), Jorge Espalatino (1484 - 1545) e Erasmo de Rotterdam (1466 – 1536) foram importantes intelectuais humanistas que incentivaram o retorno aos clássicos e, também, as fontes originais das Escrituras do Antigo e Novo Testamento. Erasmo de Rotterdam, por exemplo, traduziu o Novo Testamento para o latim, publicando o texto em 01 de março de 1516 (um anos antes do início da Reforma Protestante). Uma publicação histórica, porquanto mais precisa do que a Vulgata de Jerônimo (publicada no século IV) e de fomento do interesse por novas traduções das Escrituras que a Reforma Protestante por demais valorizaria. Erasmo defendia, portanto, o acesso popular aos textos canônicos.

⁴⁶ Com a tipografia difundida e as traduções da Bíblia para os idiomas nacionais o acesso aos textos considerados sagrados tornou-se amplo e, conseqüentemente, a interpretação também, ainda que, na prática, problemas tenham sido gerados por isso, como a fragmentação do protestantismo em vários grupos.

⁴⁷ BURCKHARDT, Jacob. *Weltgeschichtliche Betrachtungen*. 1905.p.97,147. Apud. HUIZINGA, Johan. *O Outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.p.247.

O congregacionalismo, com sua ênfase na participação do congregado, na consciência, na liberdade eclesiástica e na autonomia administrativa revela-se como uma versão religiosa da emancipação do indivíduo e da experimentação prática de determinadas transformações sociais⁴⁸ pelas quais a Europa vinha testemunhando em outros locis⁴⁹.

Manoel da Silveira Porto Filho⁵⁰, referência nos estudos sobre congregacionalismo, escreveu uma série de textos analisando a teoria social do

⁴⁸ O historiador católico Guido Zagheni, por exemplo, relaciona tais ímpetus Reformados (individualidade, liberdade religiosa e de consciência e independência) aos anseios sociais e políticos de uma época marcada pelo interesse da construção de um Estado soberano e absoluto. Para o autor, concordando com determinada escola historiográfica, eis a gênese da Reforma Protestante. Cf. ZAGUENI, Guido. *A Idade Moderna*. São Paulo: Paulinas, 2014.p.28 - 29. O surgimento dos Estados nacionais e o próprio nacionalismo (afirmação identitária) fizeram parte, portanto, do cenário da eclosão da Reforma (e mesmo do congregacionalismo, uma experiência Reformada que valoriza o indivíduo diante das instituições). Além disso, Guido Zagheni, relaciona, com cuidado e reconhecendo as distâncias, a ênfases teóricas da Reforma com o Humanismo, assumindo que ambos os movimentos advogavam a “piedade e a fé pessoal, individual, interior”, além da crítica ao formalismo da Igreja e a busca por uma espiritualidade menos institucionalizada. Cf.p.54. Para Guido o humanismo prepara a Europa para uma série de reivindicações, onde a experiência pessoal seria, enfim, o mote social mais importante. A Reforma seria uma resposta a tal anseio e o congregacionalismo seria uma resposta da experiência dos protestantes ingleses mais radicais no que tange a liberdade religiosa individual, algo que o anglicanismo, como religião magisterial não alcançava.

⁴⁹ Como, por exemplo, entre os intelectuais (humanistas) e artistas (renascentistas) entre os séculos XIII e XVII. A própria Reforma Protestante (com sua eclosão no século XVI, na Alemanha) receberá influências intelectuais desses movimentos e responderá também ao “*zeitgeist*” (“espírito da época”), com o uso da razão como critério para entender a vida (O escolasticismo, especialmente o tomismo, enfatizaram antes da Reforma as categorias racionais para explicar a vida. Contudo, o movimento era por demais dependente do clero e dificilmente as explicações encontradas pelos mestres escolásticos colidiam com os axiomas da Igreja. Embora pretendesse ser racionalista, matinha em suas conclusões, as concepções da hierarquia eclesiástica. Era, portanto, um movimento intelectual, mas engajado e comprometido com a Igreja, a ciência e a fé, por meio das Escrituras (Sola Scriptura); valorização da informação (cultivo da leitura, da catequese e da recente imprensa) e do indivíduo (justificação pela fé individual somente e não mais mediada pela igreja). Cf. MCGRATH, Alister. *Origens Intelectuais da Reforma*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.p.43-74. Historiador e professor da Universidade de Oxford, McGrath na obra, e também em “*O Pensamento da Reforma*” (Cultura Cristã, 2014), identifica as ideias que circulavam entre os intelectuais da Europa que afluíram para o programa reformador de Martinho Lutero. Em sequência o congregacionalismo foi uma tentativa mais radical e moderna do que a luterana, pois concorda com o lastro intelectual principal da Reforma alemã, mas ousa no experimento eclesial, diferentemente daqueles reformadores que operarão com um modelo erastiano de igreja.

⁵⁰ Manoel da Silveira Porto Filho foi um dos nomes mais importantes do campo religioso protestante brasileiro. Ministro congregacional por mais de 50 anos na Igreja Congregacional Campo-grandense (RJ), foi presidente por dez anos (1972 – 1982) da Confederação Evangélica Brasileira (CEF) que, fundada em 1934, reunia as igrejas protestantes de maior representação à época (Igreja Episcopal Brasileira, Igreja Metodista do Brasil, Igreja Presbiteriana do Brasil, Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, Igreja Cristã do Brasil e União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil), além de nove organizações missionárias e duas sociedades bíblicas. A Confederação Evangélica Brasileira concentrava sua atuação na evangelização, mas também em projetos sociais e educacionais e militava por um ecumenismo cristão e protestante, ganhando visibilidade e relevância no cenário religioso brasileiro, mas perdendo muito de sua força e presença a partir do Golpe Civil - Militar de 1964 que restringiu parte de suas ações. Além da atuação na CEB, Porto Filho destacou-se como interprete e tradutor de hinos sacros da tradição protestante. Suas contribuições estão registradas no hinário denominacional “Salmos & Hinos”. Cf. SANTANA FILHO, Manoel Bernardino. *Manoel da Silveira Porto Filho: Poeta, Pastor e Mestre*. Rio de Janeiro: UNIGEVAN, 2006.p.233 – 254.

congregacionalismo e o descreveu como o modelo de governo que sublinha três postulados⁵¹: autonomia, democracia e autoridade⁵².

4.1 Autonomia no Congregacionalismo

Na autonomia eclesiástica há o alicerce do congregacionalismo, pois refere - se ao direito de uma comunidade de fé de legislar sobre si mesma, sem quaisquer interferências ou instâncias externas. Porto Filho considerava a autonomia o postulado mais caro e importante dos congregacionais, porquanto da liberdade plena de existir e elaborar suas diretrizes, códigos de conduta, estatutos e regimentos internos dependeriam os outros postulados⁵³.

A autonomia no congregacionalismo manifesta-se na comunidade eclesial (igreja local)⁵⁴, na sua independência administrativa (governo próprio) e no seu direito à legislação, sendo independentes “de outras comunidades religiosas ou civis”⁵⁵. Contudo, a despeito desta autonomia, nada impede que greis congregacionais organizem-se em associações e convenções que visem o auxílio mútuo e cooperação em trabalhos afins, desde que resguardados os limites teóricos que justificam o funcionamento de uma grei congregacional⁵⁶. Tais convenções jamais poderão pretender exercer poder institucional sobre as comunidades locais, pois estaria ultrapassando suas prerrogativas.

4.2 A Democracia no congregacionalismo

⁵¹ Salustiano Pereira Cesar, outro ministro e teórico do congregacionalismo brasileiro, concorda com a democracia e autonomia como elementos fundamentais do congregacionalismo, mas, diferentemente de Porto Filho, relaciona a soberania da comunidade local como sua terceira característica (e não a autoridade). Cf. SANTOS FILHO, Hildebrando Costa. *Filosofia e História do Congregacionalismo Brasileiro na vertente salustiana*. Itaboraí: Edição do Autor, 2016.p.33-35.

⁵² SANTOS FILHO, Hildebrando Costa. *Filosofia e História do Congregacionalismo Brasileiro na vertente portofilhiana*. Itaboraí: Edição do Autor, 2016.p.27.

⁵³ SANTOS FILHO, Hildebrando Costa. *Filosofia e História do...* p.28-29.

⁵⁴ A igreja local é o fórum de debates e a única instância na tomada de decisões administrativas com participação permitida a todos os que compõem a congregação. “Nenhuma outra igreja, nenhuma convenção de igrejas ou autoridade eclesiástica pode exercer sobre ela qualquer parcela de comando ou poder legislativo”. Cf. PORTO FILHO, Manoel da Silveira. *Congregacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: DERP, 1997.p.27.

⁵⁵ PORTO FILHO, Manoel da Silveira. *Congregacionalismo Brasileiro...* p.9.

⁵⁶ Essa tem sido a experiência congregacional em muitos países do mundo, pois, embora autônomas, as comunidades buscam a associação como forma de comunhão fraterna, auxílio recíproco e estratégias de trabalho em conjunto. A maior expressão dessas organizações é a *World Evangelical Congregational Fellowship* ([Fraternidade Mundial Evangélica Congregacional](#)) da qual os congregacionais da União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil (UIECB), segmento desta pesquisa, é oficialmente relacionado e comprometido.

O outro postulado do congregacionalismo valorizado por Porto Filho é a democracia. A pretensão é o exercício pleno do postulado na forma de governo eclesiástico onde os congregados reunidos em assembleias administrativas decidem pelos destinos da paróquia⁵⁷. A assembleia é o poder supremo da comunidade eclesial, onde são aprovadas as ações que serão executadas pelos delegados da própria assembleia⁵⁸. A inspiração congregacional dessa democracia não seria o modelo grego, onde escravos, artesão, mulheres e estrangeiros estariam excluídos, mas sim neotestamentária, porquanto na teoria do congregacionalismo a ampla participação de quaisquer congregados nas decisões majoritárias da grei seria ensinada e estimulada pelo exemplo da primeira comunidade cristã da história, estabelecida em Jerusalém por volta do ano 33, como, por exemplo, se verifica no registro do sexto capítulo do livro neo – testamentário “Atos dos Apóstolos”, em que a igreja em Jerusalém, também conhecida pelo construto “Igreja Primitiva”, para resolver uma má distribuição das provisões destinadas às viúvas empobrecidas⁵⁹, elegeu delegados (diáconos)⁶⁰ que cuidariam das demandas sociais da comunidade, enquanto os apóstolos dedicariam tempo às necessidades espirituais e ao expediente litúrgico e devocional⁶¹. A eleição dos diáconos foi de responsabilidade de toda a comunidade eclesiástica, isto é, todos os

⁵⁷ Orçamentos, aquisições, patrimônio, organizações internas, regularidade das reuniões públicas, liturgia, doutrinas, periodicidade e tipos de Assembleias (ordinárias, extraordinárias, especiais e de emergência), disciplinas eclesiásticas, eleições de oficiais e ministros, cômguas, mandatos e plebiscitos.

⁵⁸ SANTOS FILHO, Hildebrando Costa. *Filosofia e História...* p.29.

⁵⁹ “Ora, naqueles dias, multiplicando-se o número de discípulos, houve uma queixa entre eles. Os judeus helenistas protestaram contra os judeus de fala hebraico-aramaica, porque suas viúvas não estavam sendo atendidas na distribuição diária de alimentos”. Eram três situações de crise em curso: 1 - Uma grave instabilidade econômica em Jerusalém devido aos pagamentos de elevadas taxas e impostos ao Império Romano agravara a já combalida situação das viúvas empobrecidas que congregavam na igreja em Jerusalém. A primeira comunidade de fé cristã da história seguiu o exemplo do judaísmo no que tange aos cuidados com os mais fragilizados socialmente, estabelecendo a prática de distribuição de cestas básicas, baseando-se no “Tesouro do Templo”, um expediente da fé judaica que acumulara recursos no Templo de Salomão para auxílio aos pobres. 2 - Uma expressiva densidade demográfica (a própria comunidade de fé experimentara um acelerado crescimento em pouco tempo, desordenando-a), exigindo dos líderes medidas organizacionais demandadas pelo aumento do número de discípulos; 3 - A composição mista da comunidade, formada de judeus conservadores que se converteram ao cristianismo e judeus de hábitos e costumes helênicos. Esta composição harmônica (em um primeiro momento) passou a gerar tensões, porquanto havia falhas no método de distribuição das cestas com provisões, onde as viúvas de tradição helênica estavam sendo, de alguma forma, prejudicadas e preteridas na distribuição. O reclamo aos apóstolos visava equacionar a primeira crise registrada na grei. Cf. CHAMPLIM, Russel Norman. *O Novo Testamento Interpretado*. Vol: 03. São Paulo: Hagnus, 2009. p.129-132. DE BOOR, Werner. *Atos dos Apóstolos: Comentário Esperança*. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2003. p.103-107.

⁶⁰ A palavra “diácono” deriva da expressão grega *διάκονος* (servo) cuja origem do ofício na igreja cristã remonta a crise narrada no capítulo seis do livro de Atos dos Apóstolos.

⁶¹ “... Não é sensato negligenciarmos o ministério da Palavra de Deus, a fim de servir às mesas” (Atos dos Apóstolos 6.2).

membros, exercendo o livre direito ao voto e/ou à indicação dos nomes que seriam confirmados na função⁶².

Apesar da relevância da função e da posição estratégica que seria ocupada, a escolha não fora feita apenas pela liderança apostólica, mas pela comunidade de fieis (constituída de homens, mulheres e mesmo jovens). Uma forma de democracia em uma época marcada por regimes autoritários⁶³. Além desses registros sobre processos de escolhas que sinalizam formas democráticas, há também a declaração de igualdade (pilar da democracia) do apóstolo Paulo na epístola de sua autoria escrita à congregação de cristãos que se reuniam em Galácia (atual Turquia) e que fora escrita pouco depois do ano 49, indicando a compreensão de que todos são iguais diante de Deus: “... não há judeu nem grego, escravo ou livre, homem ou mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus” (3.28). Em outra carta neotestamentária, há a insistência de Paulo para que o escravo fugitivo Onésimo fosse recebido de volta pelo seu responsável (Filemom) e tratado com cortesia e igualdade, como a um irmão na fé e cuja presença fosse celebrada na congregação em Colossos⁶⁴.

As palavras paulinas apresentam a convicção de que, apesar de diferenças posicionais nas camadas sociais que poderiam existir entre congregados de uma mesma comunidade cristã, era entendido de que o conceito de superioridade entre as pessoas havia sido contestado pela fraternidade alcançada na igreja, fruto do ministério de Jesus Cristo. Portanto, tais afirmações neo testamentárias, entre outras, foram lidas ultrapassando a perspectiva devocional e teológica, sendo aplicada também na sua dimensão social, apontando para o lugar que todos podem e devem ocupar nas estruturas sociais, porquanto não há distinções ontológicas nos seres humanos. Essa noção de igualdade entre todos foi importante e baseou muitos dos processos de contestação social que cristãos, especialmente protestantes, se engajariam⁶⁵.

⁶² “Portanto, irmãos, escolhei dentre vós Sete homens de bom testemunho, cheios do Espírito e de sabedoria, aos quais encarregaremos deste ministério. Quanto a nós, nos devotaremos à oração e ao ministério da Palavra. Tal proposta agradou a todos...” (Atos dos Apóstolos 6.3).

⁶³ O Império Romano, por exemplo, que dominava a região da Palestina no século I. Sendo Tibério o governante da época.

⁶⁴ Epístola a Filemom 1.17.

⁶⁵ Especialmente o protestantismo calvinista fará parte de algumas orientações teóricas que impulsionará processos revolucionários e manifestações populares. Abraham Kuiper, fundador da Vrije Universiteit de Amsterdam (1880) e que serviu ao país como Primeiro Ministro entre anos de 1901 e 1905, sendo também ministro da Igreja Reformada (calvinista), afirmou esse aspecto e contribuição do calvinismo aos processos políticos populares ao perceber um senso de progresso nas sociedades calvinistas: “No calvinismo, por outro lado, as próprias pessoas destacam-se em suas classes sociais e, a partir de uma espontaneidade própria delas pressionam para frente, para uma forma de vida e condições superiores. O calvinismo teve sua ascensão com o povo”. Cf. KUIPER, Abraham. *Calvinismo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.p. 47. Ainda citando Kuiper, acerca da diferença com os Estados de tradição protestante de

A leitura das Escrituras do Novo Testamento serviu de abastecimento dos ânimos e de referencial teórico para reflexões políticas que desdobrariam no surgimento de regimes democráticos na Europa, sendo esta, inclusive, a tese principal da obra “A Bíblia Inglesa e as revoluções do século XVII”⁶⁶ do historiador marxista Christopher Hill:

Meu objetivo neste livro é tentar entender o papel desempenhado pela Bíblia na vida dos homens e das mulheres da Inglaterra revolucionária do século XVII. A introdução à edição de Tomson de 1603, escrita por T. Grashop, nos convida a lembrar que as Escrituras contém assuntos concernentes às nações e aos governos, ao bem e ao mal, à prosperidade e às pragas, à paz e à guerra, à ordem e à desordem. Elas abrangem a vida comum de todos os homens, ricos e pobres, esforçados e ociosos. Todas as ideias que dividiram os dois partidos na Guerra Civil e que, depois, entre os parlamentares vitoriosos, separaram os conservadores dos radicais, podem ser encontrados na Bíblia. Todavia, não devo restringir às finalidades religiosas e políticas para as quais a Bíblia foi usada. Devo também levar em consideração seus efeitos sobre economia, literatura e a vida social em geral [...]

Os ingleses tiveram de enfrentar situações revolucionárias inesperadas, durante os anos de 1640 e 1650, sem nenhuma orientação teórica, como a que Rousseau e Marx deram a seus sucessores franceses e russos, e sem a experiência de acontecimentos anteriores que pudessem ser chamados de revoluções. Eles tiveram de improvisar. A Bíblia em inglês foi o livro ao qual naturalmente voltaram-se em busca de orientação. Era a Palavra de Deus, cuja autoridade ninguém podia rejeitar. E era o patrimônio da nação inglesa protestante⁶⁷.

Os puritanos congregacionais e mesmo presbiterianos⁶⁸ articularam muito de suas propostas democráticas tendo como premissas de suas ideias porções do Novo Testamento⁶⁹.

orientação luterana, diz, quando comparado com o calvinismo: “Nos países luteranos o magistrado ainda era o líder nos avanços públicos, mas na Suíça, entre os huguenotes, na Bélgica, na Holanda, na Escócia e também na América as próprias pessoas criaram o impulso”. KUIPER, Abraham. *Calvinismo...* p. 47.

⁶⁶ HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa e as revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

⁶⁷ HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa...* p.9,29.

⁶⁸ Os presbiterianos possuíam uma concepção de governo eclesiástico democrático, mas representativo, isto é, ao invés de democracia popular direta, exercida por todos da congregação, defendiam a delegação de oficiais (presbíteros) por parte da igreja e que exerceriam autoridade sobre a mesma. A analogia com o parlamentarismo é justificável, pois, assim como ocorre nos modelos parlamentaristas, onde o poder do primeiro ministro é exercido de acordo com sua base de apoio (os parlamentares), o ministro presbiteriano exerce sua liderança eclesiástica em consonância e acordo com o Conselho da Igreja, formado pelos seus presbíteros. O presbiterianismo, assim como o congregacionalismo, fez parte do processo embrionário da revolução inglesa, estando mesmo na sua base e seria razoável esperar uma inspiração teórica ou até mesmo uma experimentação do modelo eclesiástico que servisse de analogia às monarquias parlamentaristas que se organizaram em boa parte da Europa protestante.

⁶⁹ HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa e as revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.p.29.

5. A Autoridade no Congregacionalismo

Finalmente, nas considerações de Porto Filho, a teoria do congregacionalismo perpassa também pelo conceito da autoridade, definindo que esta é uma outorga, isto é, uma prerrogativa da comunidade eclesiástica que concede aos que exercerão funções eclesiásticas⁷⁰.

Importante ressaltar que o conceito de autoridade na Europa vinha sofrendo reações e questionamentos desde o século XIV, contribuindo para uma crise que começara a se manifestar no fim da Idade Média. A Igreja Católica sentiu os efeitos desta crise.

Movimentada pelo surgimento dos Estados nacionais⁷¹, pela crise conciliar⁷², pelo cisma da Igreja no Ocidente⁷³ e por oradores competentes como John Hus⁷⁴ e John Wycliffe⁷⁵, a crise de autoridade atingiu fortemente a igreja por ser a mesma a instituição balizadora do poder temporal⁷⁶. Pouco adiantou a igreja apelar à sua Tradição como âncora de sua autoridade. O processo de erosão do conceito de autoridade já havia iniciado. Com o advento do racionalismo, e do mote de que a verdade precisa passar pelo crivo da razão (independentemente da opinião oficial da Igreja), o desgaste seria maior.

De todos os fatos mencionados acima, porém, o que produziu efeitos de maior alcance foi, sem dúvida, a crise conciliar, pois foi no seu esteio que igrejas nacionalistas surgiram a partir da Reforma Protestante argumentando, entre outros pontos, a falta de autoridade da Igreja Católica Apostólica Romana sobre e na sociedade europeia. Os

⁷⁰ SANTOS FILHO, Hildebrando Costa. *Filosofia e História...* p.29.

⁷¹ Os Estados nacionais contribuíram para o enfraquecimento do poder da Igreja Católica Apostólica Romana que esperava manter por toda a Idade Média sua autoridade por meio de uma Europa unificada sob seus auspícios. A tendência de organizar a política nacional em torno do próprio rei cristalizou uma nova leitura dos tempos, onde a igreja perderia o monopólio da última palavra.

⁷² A Crise conciliar foi um intenso debate sobre a natureza e os limites da autoridade papal. Os conciliaristas afirmavam “a supremacia do concílio sobre o papa”. A crise esteve relacionada com a inusitada situação de coexistirem dois pontificados simultaneamente. Cf. MONDONI, Danilo. *O Cristianismo na Idade Média*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.p.123; 132-133.

⁷³ Relacionada ao pontificado de Avignon e de Roma ocorrido em 1378.

⁷⁴ 1639 – 1415. Orador na Igreja de Belém, em Praga. Suas teses e pregações enfatizavam a experiência religiosa pessoal e o sacerdócio universal sem quaisquer mediações institucionais. Foi condenado à morte como herege. Suas ideias, entretanto, pouco tinham de inovadores, pois se assemelhavam as de John Wycliffe, morto em 1384.

⁷⁵ 1328-1384. Professor da Universidade de Oxford. Considerado precursor das ideias reformistas acerca da religião cristã que seriam popularizadas por Martinho Lutero no século XVI.

⁷⁶ Desde a coroação de Carlos Magno por iniciativa do Papa Leão III, no início do século IX, a igreja se consolidou como centro de poder e autoridade na Idade Média.

teólogos da tese conciliar advogavam uma igreja sem a rígida centralização do poder na figura papal. Quanto a isso Mondoni explica:

Os conciliares queriam decidir sobre a reforma da Igreja, mudando especialmente a constituição eclesiástica, suprimindo boa parte da centralização. Insistia-se sobre a urgência de começa-la pelo papa e pelos cardeais, denunciava-se a exorbitância das taxas pontificias, a riqueza dos cardeais, o acúmulo de benefícios, o absentismo dos bispos, o tráfico de bens da igreja e das indulgências, a imoralidade e a negligência do clero⁷⁷.

Os concílios que visavam principalmente manter controle sobre a cúria, além de decretos que exigiam reformas contribuíram para fragilizar o conceito de autoridade papal diante da opinião pública⁷⁸. Destarte, tais processos serviriam de argumento, em anos posteriores, para a “reivindicação de emancipação de igrejas nacionais”⁷⁹, desvinculadas de Roma e com seu próprio modelo de governo. Os congregacionais, portanto, seriam uma expressão eclesiástica (entre outras) resultante da grave e definitiva crise de autoridade que obrigaria a sociedade europeia a um redesenho de sua organização social. No que diz respeito à Igreja, ao relacionar a crise de autoridade, percebe-se o deslocamento de eixo. No início da era do cristianismo institucionalizado a autoridade da Igreja era papal. Posteriormente, conciliar. Os congregacionais, então, representaram o último deslocamento da autoridade eclesiástica, pois fiéis, sem nenhum cargo ou função formal, seriam inseridos nos processos decisórios das comunidades de fé.

Ao pensar que tais elaborações conceituais (autonomia, democracia e autoridade) para o funcionamento de uma comunidade de fé cristã aconteceu não no século XXI (plural, multifacetado e pós – moderno), mas sim na Inglaterra do século XVI (clerical, feudal e monárquico) onde tais conceitos ainda estavam sendo construídos, pois as referências teóricas das formas comunitárias de atuação, fossem políticas ou religiosas, ainda eram concebidas nos termos da autoridade da Igreja e do monarca local, sendo ao povo, destinado apenas o lugar de fiel e súdito que é “protegido” e conduzido⁸⁰, além, claro, de explorado, sendo, portanto, coadjuvante nos

⁷⁷ MONDONI, Danilo. *O Cristianismo na...* p.137.

⁷⁸ MONDONI, Danilo. *O Cristianismo na...* p.138.

⁷⁹ MONDONI, Danilo. *O Cristianismo na...* p.140.

⁸⁰ No caso da monarquia inglesa dois fatores importantes que contribuíram para o autoritarismo dos reis foram o rompimento com Roma (1534), favorecendo Henrique VIII para que tivesse o “parlamento a seus pés” e os governos de Jaime I (no período de 1614 a 1621) e Carlos I (nos anos de 1629 a 1640), marcados por um endurecimento do regime, onde o parlamento deixou de ser convocado pelos monarcas.

processos decisórios da vida e da organização social, mas jamais protagonista da história, o congregacionalismo pode, destarte, ser considerado uma das primeiras formas da experiência democrática vividas na Europa pós Idade Média e a experimentação de uma teoria de liberdade, ainda que apenas uma liberdade religiosa.

Refletindo nesses postulados típicos do congregacionalismo e considerando o contexto histórico das primeiras comunidades que os possuíam como baluartes é surpreendente perceber como vingaram em uma época cujas linhas teóricas de organização social não as auspiciava (Obviamente, sem relação de causa e efeito. Contudo, apenas o reconhecimento de que tais ideias incipientes estavam surgindo em uma versão e forma religiosa). Por exemplo, quando pensamos na autonomia do homem medieval e do início da Idade Moderna (contexto do surgimento das primeiras greis congregacionais) essa autonomia era majoritariamente negada. O homem europeu era visto e localizado dentro de uma estrutura onde as ideias eram-lhes transmitidas tradicionalmente por meio das instituições que lhes representava (família, burgos, monarquia e, principalmente, Igreja). As fórmulas de operação da teia social eram estruturais e não individualizadas, havendo pouco espaço para ideias próprias e exercício da autonomia. Reivindicar o próprio espaço (paróquia), com suas próprias leis e demais convenções (doutrinas, estatutos, confissões e regimentos), sem qualquer submissão, interferência ou inspiração externa foi, de fato, dos mais significativos resultados que uma comunidade de fé cristã poderia alcançar em uma época onde até mesmo as publicações das mais variadas áreas precisavam estar de acordo com o *index*⁸¹ católico. Citando o puritano John Preston, Christopher Hill, salienta a maneira estruturada de se pensar na Inglaterra do século XVII, onde os ares questionadores e reivindicantes da emancipação puritana deslocavam – se com intensa força: “Portanto podemos aprender a não tomar nada em confiança, nem a pensar que as coisas são assim, apenas porque a igreja afirmou isso”⁸².

A falta de autonomia típica no homem medieval e ainda presente nos primórdios da modernidade expressava-se até mesmo em aspectos propositivos da espiritualidade institucional como visto, por exemplo, nos mosteiros, pavimentada pelo voto de

O absolutismo na Inglaterra atingiu elevados níveis, ainda que por pouco tempo, entre os séculos XVI e XVII. Cf. GIODARNI, Mario Curtis. *História dos Séculos XVI e XVII na Europa...* p. 443-444.

⁸¹ *Index Librorum Prohibitorum* (Índice dos Livros Proibidos) foi a tentativa da Igreja Católica Apostólica Romana manter sob controle publicações dos mais variados campos de saber (teologia, filosofia, direito, medicina, física e etc) cujas teorias colidissem com as reconhecidas e consideradas oficiais ou aceitas pela Tradição Católica. Uma evidência, portanto, de que o direito às ideias próprias e a livre e consequente expressão ainda estava por emergir na Europa.

⁸² HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa...* p.102.

obediência que compunha uma das três virtudes básicas da vida e espiritualidade monacais:

A tradicional trilogia monástica — castidade, pobreza e obediência — estava presente de forma concreta e equilibrada no cotidiano dos beneditinos. O abade eleito pelos monges recebe deles total obediência, que representa ao mesmo tempo uma manifestação de pobreza, pois não se pode dispor sequer da própria vontade⁸³.

Quanto à democracia experimentada no congregacionalismo é importante perguntar como tal proposta de governo eclesiástico surgiu? Quais seriam os referenciais teóricos para a democracia vivida nas comunidades eclesiásticas congregacionais? Seria o congregacionalismo (uma espécie de “democracia direta”) uma expressão religiosa da democracia que despontaria como um modelo de governo possível para algumas nações? Trata-se de uma pergunta. Não de afirmação. Todavia, seria razoável supor, pois o experimento religioso era marcante no início da Idade Moderna e as ideias religiosas pavimentaram muito de ideias sociais, políticas e econômicas, pois formava o *sitz in leben* da época. O ambiente religioso foi o espaço de discussões, debates, circulação de ideias que, em muitos casos, foi o ponto de partida para as transformações sociais profundas pelas quais passariam muitas das nações europeias. Na Holanda, por exemplo, as teses calvinistas pavimentam ideais nacionalistas e patrióticos (ser holandês era ser calvinista). Discussões na Holanda sobre governo eclesiástico foram constantemente comparados ao governo civil⁸⁴. Outro exemplo, sobre as influências das ideias religiosas impactando decisões políticas, vem da Inglaterra. Especialmente as do puritanismo que começariam a circular e que colaboraram para o colapso do absolutismo na Revolução Inglesa de 1640, Christopher Hill emite opinião:

O puritanismo é o mais óbvio desses corpos de ideias: era permitido desafiar o rei da Inglaterra quando se estava obedecendo as ordens do Rei dos Reis. Não me proponho a abordar diretamente o puritanismo [...] Há uma vasta literatura sobre o tema desde que Gardiner inventou a “Revolução Puritana”, um século atrás. As obras *Religion and the Rise of Capitalism*, de Tawney, e *Rise of Puritanism*, de Haller, além de obras recentes sobre as causas sociais e econômicas da guerra civil,

⁸³ FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: O nascimento do Ocidente*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.p.94.

⁸⁴ NOBBS, Douglas. *Teocracia e Tolerância: Um estudo das Controvérsias no Calvinismo Holandês de 1600 a 1650*. Rio de Janeiro: Editora BV Books, 2017. Douglas Nobbs foi palestrante da área de Ciências Políticas das Universidades de Edimburgo e Cambridge. Na obra, o autor discorre sobre as teorias de governo eclesiástico e suas relações com o poder civil.

mostram como o puritanismo atraiu e organizou as classes anônimas e sem privilégios da cidade e do campo, que forneceram a maior parte dos voluntários para os exércitos parlamentares e que os financiaram. O puritanismo talvez tenha sido o mais importante dentre os complexos de ideias que prepararam o espírito dos homens para a revolução...⁸⁵

Jesús Hortal, escrevendo sobre os congregacionais, destaca o pensamento democrático do grupo e a recusa à submissão à coroa britânica e de como que esses valores refletiam muito do caráter individualista dos ingleses e da influência nos Estados Unidos:

O calvinismo puritano não queria aceitar o domínio da coroa inglesa sobre a igreja. Nos fins do século XVI começam a ser fundadas as comunidades dissidentes. Entre os seus líderes destacam-se Robert Browne e John Robinson. Este último será precisamente o iniciador, junto com os “pais peregrinos”, da Colônia de Massachussetts, o primeiro estabelecimento congregacional nos Estados Unidos, fundado para obter uma liberdade religiosa que era negada na Inglaterra daquele tempo. Concebiam esta como uma ‘fraternidade organizada de crentes, reunidos num lugar, completamente autônomos e responsáveis de suas ações somente a Cristo’. [...] Cada comunidade local - ‘congregação’ - devia ser considerada totalmente autônoma e autossuficiente. Ela surgiria pelo pacto (convenant) entre seus membros e não pela imposição de qualquer autoridade externa. O congregacionalismo, que responde a certos traços do caráter nacional inglês, como o individualismo, esteve perto de se impor como religião majoritária, na Grã Bretanha, durante a Revolução de Cromwell, mas depois foi absorvido, em grande parte, pela Igreja Anglicana. Nos Estados Unidos, porém, alcançou notável influxo⁸⁶.

Antes mesmo das ideias puritanas questionarem os modelos tradicionais de autoridade à época (igreja e monarquia absolutista)⁸⁷, a Reforma Protestante iniciada na Alemanha de 1517, com afirmações teológicas inovadoras, serviu de referência para desdobramentos eclesiais, sociais e políticos que foram empregados pelos congregacionais em suas formulações teóricas que colidiram com o paradigma de autoridade. Três dessas afirmações teológicas foram apontadas pelo estudioso do congregacionalismo Porto Filho⁸⁸, como referências teóricas do congregacionalismo

⁸⁵ HILL, Christopher. *Origens Intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.p.13.

⁸⁶ JESÚS HORTAL, S.J. *E haverá um só rebanho*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.p.62-63.

⁸⁷ As primeiras expressões dos ideais puritanos começaram por volta de 1568. No início o debate centrava em aspectos litúrgicos que mantinham semelhanças entre as igrejas Anglicana e Católica. Tais semelhanças incomodavam setores da igreja nacional que almejavam uma igreja distanciada litúrgica e administrativamente de Roma. Cf. HULSE, Erroll. *Quem Foram Os Puritanos... E o que eles ensinaram*. São Paulo: PES, 2004.p.35.

⁸⁸ PORTO FILHO, M. *Congregacionalismo Brasileiro...* p.12.

mundial: a doutrina do Sacerdócio Universal dos Cristãos; a justificação pela fé e a exclusiva mediação soteriológica de Jesus Cristo.

Considerações Finais

Embora tivesse ânimo religioso, o congregacionalismo trazia nas suas formulações teóricas inquietações políticas e sociais que representam e apontam para as transformações que parte da sociedade europeia no início da modernidade experimentaria.

É impossível desassociar religião e política em tal caso. Seus atores sociais admitiam a pertença cristã, católica e protestante. E tais pertenças, em muitos casos, oferecerão ao pesquisador contemporâneo importantes chaves de análise de proposições políticas e sociais. Pensar, pois, em postulados como democracia, igualdade e laicidade, sem levar em conta proposições dos movimentos diretamente ligados ou herdeiros da Reforma Protestante é pular importante etapa da História Moderna.

REFERÊNCIAS

- ARMSTRONG, Karen. *Campos de Sangue: Religião e a História da Violência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- BAINTON, Roland H. *Cativo à Palavra: A vida de Martinho Lutero*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2017.
- BURCKHARDT, Jacob. *Weltgeschichtliche Betrachtungen*. 1905.p.97,147. Apud. HUIZINGA, Johan. *O Outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- CAIRNS, Earle E. *O Cristianismo Através dos Séculos*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1995.
- CHAMPLIM, Russel Norman. *O Novo Testamento Interpretado*. Vol: 03. São Paulo: Hagnus, 2009.
- DE BOOR, Werner. *Atos dos Apóstolos: Comentário Esperança*. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2003.
- FEBVRE, Lucien. *O Problema da Incredulidade no Século XVI: A Religião de Rabelais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FELDMAN, Alban KrishnaTopan. *Implicações históricas e identitárias do dia de Ação de Graças para o indígena estadunidense em uma obra de Sherman Alexie*. Acta Scientiarum. Acta Scientiarum. Language and Culture Maringá, v. 36, n. 3, p. 263-273, July-Sept, 2014. p. 265.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: O nascimento do Ocidente*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.
- GIODARNI, Mario Curtis. *História dos Séculos XVI e XVII na Europa*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- GOMES, Joelson. *Os Congregacionais: Uma História da Tradição Congregacional*. João Pessoa: Moura Ramos Gráfica e Editora, 2017.
- GONZALEZ, Justo. *A Era dos Reformadores*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2000.
- HILL, Christopher. *O Século das Revoluções 1603 – 1714*. São Paulo: UNESP, 2012.
- HILL, Christopher. *Origens Intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa e as revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- HULSE, Erroll. *Quem Foram Os Puritanos... E o que eles ensinaram*. São Paulo: PES, 2004.

- JESÚS HORTAL, S.J. *E haverá um só rebanho*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- KARNAL, Leandro. [et al]. *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- KUIPER, Abraham. *Calvinismo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.
- LATOURETT, Kenneth Scott. *Uma História do Cristianismo*. Vol. 2. São Paulo: Hagnus, 2006.
- LLOYD - JONES, David Martyn. *Os Puritanos: Suas Origens e Seus Sucessores*. São Paulo: Editora PES, 1993.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- MATOS, Alderi de Sousa. *Universidades Protestantes: Benefícios e riscos*. Disponível em: www.ultimato.com.br. Acesso em: 14 de jul de 2016.
- MCGRATH, Alister. *Origens Intelectuais da Reforma*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.
- MONDONI, Danilo. *O Cristianismo na Idade Média*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- NOBBS, Douglas. *Teocracia e Tolerância: Um estudo das Controvérsias no Calvinismo Holandês de 1600 a 1650*. Rio de Janeiro: Editora BV Books, 2017.
- PORTO FILHO, M. *Congregacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: DERP, 1997.
- SANTANA FILHO, Manoel Bernardino. *Manoel da Silveira Porto Filho: Poeta, Pastor e Mestre*. Rio de Janeiro: UNIGEVAN, 2006.
- SANTOS FILHO, Hildebrando Costa. *Filosofia e História do Congregacionalismo Brasileiro na vertente salustiana*. Itaboraí: Edição do Autor, 2016.
- SANTOS FILHO, Hildebrando Costa. *Filosofia e História do Congregacionalismo Brasileiro na vertente portofilhiana*. Itaboraí: Edição do Autor, 2016.
- TOTA, Antônio Pedro. *Os Americanos*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.